

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 111/2025

Belo Horizonte, 30 de maio de 2025.

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Alexandre Jorge Saquy Neto	CPF/CNPJ: 019.770.058-61
Endereço: Rua Professor Euclides Berardo nº 122	Bairro: Centro
Município: Jardinópolis	UF: SP
Telefone: (34) 3236-4754	CEP: 14680-000
E-mail: consultoriamandala@hotmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda São Bento, Santa Fé e São Jorge	Área Total (ha): 2.842,9931
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas 206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202	Município/UF: Uberlândia /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-0E71.0A9E.4DF7.4875.A3FF.51D4.28C7.98A6	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,33	hectares
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,33	hectares

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,33	hectares	22K	765.511,05	7.858.550,06
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,33	hectares	22K	769703.83	7860632.7

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	EspecificaçãoS	Quantidade/Unidade
Infraestrutura	Área útil	0,66 hectares

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	APP com supressão - APP - Campo Cerrado		0,33
Cerrado	APP sem supressão - APP antropizada/Campo Cerrado		0,33

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha Nativa	lenha	0,55	m³

**1. HISTÓRICO**

Data de formalização/aceite do processo: 23/01/2025

Data da vistoria: 05/02/2025

Data de solicitação de informações complementares: 05/02/2025

Data do recebimento de informações complementares: 21/08/2024

Data de emissão do parecer técnico: 21/08/2024

**2. OBJETIVO**

A intervenção requerida tem por finalidade e objetivo a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) com supressão de vegetação nativa em uma área de **0,33ha** e a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) sem supressão nativa de uma área de **0,33ha**, para viabilizar a captação de água, na qual serão instalados os componentes essenciais para a irrigação, como a casa de bombas, rede elétrica e tubulação nas propriedades Fazenda São Bento, Santa Fé e São Jorge, registradas sob as matrículas nºs. 206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202.

**3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO****3.1 Imóvel rural:**

O Sr. Alexandre Jorge Saquy Neto é proprietário da Fazenda São Bento, Santa Fé e São Jorge, matrículas nºs **206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202**, com área total matriculada de 2.842,9931ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia/MG, que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Floresta Estacional Semidecidual Montada, Vereda e Cerradão.

Coordenadas geográficas UTM 22K

765511.05 X e 7858550.06 Y - 0,33ha APP com supressão

769703.83 X e 7860632.78 Y - 0,08ha

769836.37 X e 7859624.45 Y - 0,13ha

771803.51 X e 7859401.63 Y - 0,12ha

**3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro: MG-3170206-0E71.0A9E.4DF7.4875.A3FF.51D4.28C7.98A6

- Área total: 2.876,0003ha

- Área de reserva legal: 580,1779ha

- Área de preservação permanente: 336,1766ha

- Área de uso antrópico consolidado: 1.940,8018ha

- Área de vegetação remanescente: 928,9564ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 580,1779ha

( ) A área está em recuperação:

( ) A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de imóveis de Uberlândia/MG AV-8-198.200 e AV-12-198.201

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel - 580,1779ha

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

( ) Compensada em Unidade de Conservação

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 12 Glebas

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas através de imagens de satélites do imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento das intervenções requeridas.

Foi identificada a relocação da área de Reserva Legal dentro dos limites do próprio imóvel, referente às matrículas nº 198.200 e 198.201, conforme registrado no processo SEI nº 2100.01.0029125/2024-07. A mudança foi formalizada por meio da emissão e entrega dos Termos correspondentes ([111501387](#)) e ([116683478](#)), e as respectivas averbações foram devidamente realizadas junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, protocolo nº ([118115313](#)) e ([118115315](#)). Diante disso, faz-se necessária a retificação do CAR, a fim de refletir a nova localização da área de Reserva Legal.

#### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção requerida tem por finalidade viabilizar a captação de água para fins de irrigação, mediante a instalação de componentes essenciais, tais como casa de bombas, rede elétrica e tubulação, nas propriedades registradas sob as matrículas nºs 206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202.

Para tanto, será necessária a realização de intervenções em Área de Preservação Permanente (APP), conforme descrito a seguir:

- **Área de 0,33 hectares com supressão de vegetação nativa**, destinada à passagem de adutoras; e
- **Área de 0,33 hectares sem necessidade de supressão de vegetação nativa**, composta por vegetação rasteira, destinada à implantação dos demais componentes do sistema.

Taxa de Expediente APP com supressão: R\$ 659,96 - 19/12/2024

Taxa de Expediente APP sem supressão: R\$ 813,07 - 19/12/2024

Taxa Florestal Lenha : R\$ 4,07 - 19/12/2024

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23135445

##### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa a Alta

- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa a Alta

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Extrema

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: XX

##### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura

- Classe do empreendimento: 4

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: LAC

- Número do documento: N° 5797/2021

##### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada de forma remota, utilizando imagens de satélites, com as ferramentas Google Earth, Programa Brasil Mais, Qgis e IDE-Sisema, no dia 05/02/2025.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Suave ondulado e está localizada em áreas de planaltos e planícies.

- Solo: - Solo com textura argilosa, sendo caracterizados pelos latossolos vermelho distrófico (LVd1).

- Hidrografia: A propriedade está inserida Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Os cursos d'água presentes no empreendimento são os afluentes sem nome do Rio Tijuco e Rio Cabaçal, ambos apresentando nascentes no interior do imóvel.

#### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: As espécies nativas mais comum encontradas nas áreas de preservação permanente são: *Platypodium elegans* (Jacarandá), *Cecropia pachystachya* (Embaúba), *Myrsine umbellata* (Pororoca), *Matayba guianensis* (Camboatá), *Xylopia aromatica* (Pimenta de macaco), *Leptolobium elegans* (Perobinha), *Tapirira obtusa* (Pau pombo), *Copaifera langsdorffii* (Copaíba), entre outras espécies arbustivas e herbáceas.

- Fauna: As espécies de animais de ocorrência comum na região que podemos destacar são: Mico-estrela (*Callithrix penicillata* micos), Tatus (*Tolypentis tricinatus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*) Tucano (*Ramphastidae*), Largato Teiú (*Tupinambis tegu ixim*), inhambu-guaçu (*Crypturellus obsoletus*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

Conforme descrito nos estudos apresentados anexo ao processo, a Declaração de Inexistência de Alternativa Técnico Locacional ([114810273](#)), observou-se que, dos quatro pontos propostos para intervenção, apenas o ponto de acesso ao Rio Cabaçal, com área de intervenção de 0,33 ha, demandará pequena supressão de vegetação nativa, necessária à passagem das adutoras, considerando que a casa de bombas será implantada fora da Área de Preservação Permanente (APP).

Os demais três pontos encontram-se em áreas sem presença de vegetação nativa, sendo compostas apenas por vegetação rasteira, e totalizam, em conjunto, também 0,33 ha de área. Todos os locais foram selecionados com base no bom acesso ao curso d'água.

Além disso, o empreendedor já possui as respectivas Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, devidamente regularizadas por meio das Portarias de Outorga nº 1904309/2019, 1905129/2022, 1904140/2019 e 1904187/2019.

Dessa forma, diante da inexistência de alternativa locacional tecnicamente viável, foram mantidos os pontos já outorgados, sendo as intervenções consideradas de baixo impacto ambiental.

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

O requerente Alexandre Jorge Saquy Neto, proprietário das Fazendas São Bento, Santa Fé e São Jorge, solicita autorização para a realização de intervenções visando à viabilização da captação de água nas referidas propriedades, registradas sob as matrículas nº 206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202.

O projeto contempla uma intervenção em **Área de Preservação Permanente (APP)** com área de **0,33 hectares**, onde será necessária a **supressão de 13 árvores nativas**, exclusivamente para a instalação da adutora. Ressalta-se que a **casa de bombas será implantada fora da APP**.

Além disso, estão previstos mais **três pontos de intervenção** nas propriedades, **sem necessidade de supressão de vegetação nativa**, os quais totalizam **0,33 hectares**, distribuídos da seguinte forma:

- **0,08 ha**
- **0,13 ha**
- **0,12 ha**

Os pontos de captação encontram-se assim distribuídos:

- **Ponto 1:** localizado no **Rio Cabaçal**, já regularizado por meio da **Portaria de Outorga nº 1904309/2019**;
- **Ponto 2:** localizado no **Rio Tijuco**, também outorgado conforme a **Portaria nº 1905129/2022**;
- **Ponto 3:** barramento já existente na propriedade, situado próximo à sede, regularizado pela **Portaria nº 1904140/2019**;
- **Ponto 4:** outro barramento já constituído, localizado na entrada do empreendimento, regularizado por meio da **Portaria nº 1904187/2019**.

Haverá supressão vegetal apenas na área de captação do Rio Cabaçal, limitada a uma estreita faixa marginal de poucos metros ao longo da borda do rio. As demais áreas do empreendimento são compostas predominantemente por gramíneas, representativas de vegetação rasteira e espaçada, características da fitofisionomia de Campo Cerrado. Nessas regiões, não se prevê necessidade de supressão vegetal, uma vez que há espaço físico suficiente para a instalação da rede elétrica e da adutora sem causar interferência significativa na vegetação nativa.

As intervenções propostas visam à implantação dos componentes essenciais ao pleno funcionamento do sistema de irrigação, incluindo casa de bombas, rede elétrica e tubulação. A escolha das áreas de intervenção considerou critérios técnicos e ambientais, priorizando trechos com vegetação de baixo porte e boa acessibilidade ao corpo hídrico, além de estarem em conformidade com as Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos já concedidas ao empreendedor.

Considerando que **não há alternativa técnica locacional viável**, conforme demonstrado nos estudos apresentados e anexados ao processo ([114810273](#)), e que a atividade proposta se enquadra como sendo de **interesse social e baixo impacto ambiental**, nos termos do **artigo 3º da Lei Estadual nº 20.922/2013**, justifica-se a viabilidade da intervenção requerida em Área de Preservação Permanente (APP).

De acordo com os dispositivos legais mencionados:

- **Art. 3º, inciso II, alínea “g”:** é considerada de interesse social “a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água”;
- **Art. 3º, inciso III, alínea “g”:** é considerada de baixo impacto ambiental “a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos”.

Conforme lista de espécies apresentada no processo [\(104478384\)](#), não foram identificadas espécie protegida por Lei ou ameaçada de extinção. Vale ressaltar que essas espécies não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na propriedade.

O volume de lenha referente a intervenção ambiental é de 0,55m³ de lenha, que serão usados dentro do imóvel.

Como medida compensatória pela intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, o requerente apresentou o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA [\(104478373\)](#).

Todos os projetos técnicos vinculados ao presente processo foram elaborados sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo Túlio Martins de Lima, inscrito no CREA-MG sob o nº 148471/D, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nº MG20243586408, devidamente anexada ao processo [\(104478379\)](#) e [\(104478377\)](#).

Contudo, foi identificada a relocação da Reserva Legal dentro dos limites do próprio imóvel, referente às matrículas nº 199.200 e 199.201, conforme consta no processo SEI nº 2100.01.0029125/2024-07, com emissão e entrega dos Termos correspondentes [\(111501387\)](#) e [\(116683478\)](#) e as respectivas averbações foram devidamente realizadas junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, protocolo nº [\(118115313\)](#) e [\(118115315\)](#). Diante disso, faz-se necessária a retificação do CAR, a fim de refletir a nova localização da área de Reserva Legal.

Diante das considerações, somos FAVORÁVEIS AO DEFERIMENTO das intervenções solicitadas.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impacto ambiental	Medida mitigadora
Alteração do uso do solo e perda de indivíduos arbóreos	Manter preservada as áreas protegidas do imóvel e realização de Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADA)

Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos,
- Proteção das áreas de preservação (APP e reserva legal) existentes na propriedade.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Alexandre Jorge Saquy Neto**, conforme consta nos autos, para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,33ha e intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,33ha, na Fazenda São Bento, Santa Fé e São Jorge, conforme matrículas nº.206.582, 165.214, 198.200, 198.201 e 198.202, localizada no município de Uberlândia/MG.

2 – As propriedades, totalizando 2.842,9931 hectares, possuem Reserva Legal averbada em matrícula e declarada no CAR. Verificou-se a relocação da área de Reserva Legal, dentro dos limites do próprio imóvel, relativa às matrículas nº 198.200 e 198.201, conforme processo SEI nº 2100.01.0029125/2024-07. Assim, é necessária a retificação do CAR para refletir a nova localização da Reserva Legal. Destaca-se, ainda, que foi apresentada comprovação de cadastramento do projeto no SINAFLO.

3 – A intervenção ambiental requerida, destinada à captação de água para fins de irrigação mediante a instalação de infraestrutura composta por casa de bombas, rede elétrica e tubulação, implica a realização de intervenções em Área de Preservação Permanente (APP), sendo 0,33 hectares com supressão de vegetação nativa para passagem de adutoras e 0,33 hectares sem supressão, composta

por vegetação rasteira, para implantação dos demais componentes do sistema, destacando-se que o interessado possui Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos válida, conforme Portarias nº 1904309/2019, 1905129/2022, 1904140/2019 e 1904187/2019, regularmente emitidas pela autoridade competente.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como passível de licenciamento ambiental na modalidade de LAC, para a atividade de “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, requerimento, documentos do requerente, matrículas, CAR, planta topográfica, PIA, PRADA, e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

## II. Análise Jurídica:

6 - Conforme as informações constantes nos autos, o requerimento apresentado é passível de autorização para **intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), sendo 0,33 hectares com supressão de vegetação nativa e 0,33 hectares sem supressão**, em conformidade com a legislação ambiental vigente. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, abrangendo as tipologias de Floresta Estacional Semidecidual Montada, Vereda e Cerradão, sendo que as áreas de intervenção localizam-se integralmente nesse bioma. De acordo com os estudos apresentados, especialmente a Declaração de Inexistência de Alternativa Técnico-Localacional (SEI nº 114810273), das quatro áreas previstas para implantação do sistema de captação de água, apenas o ponto de acesso ao Rio Cabaçal demanda supressão de vegetação nativa para passagem de adutoras, estando a casa de bombas localizada fora da APP, enquanto os demais pontos, totalizando também 0,33 ha, situam-se em áreas com vegetação rasteira, sem necessidade de supressão. As intervenções foram definidas com base em critérios técnicos de viabilidade e acesso ao curso d'água, e contam com Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos regularmente emitidas (Portarias nº 1904309/2019, 1905129/2022, 1904140/2019 e 1904187/2019). Os levantamentos realizados não identificaram espécies da flora ameaçadas ou protegidas, sendo obrigatório o manejo e a preservação caso sejam encontradas futuramente. A escolha das áreas buscou minimizar impactos, priorizando trechos com vegetação de baixo porte e boa acessibilidade. Como medida compensatória pela intervenção em APP, o interessado apresentou Plano de Recuperação de Área Degradada – PRADA (SEI nº 104478373), que prevê o plantio de 778 mudas de espécies nativas em 0,70 ha de APP. Destaca-se que, embora a área esteja inserida em zona de prioridade “Extrema” para conservação ambiental, segundo a Fundação Biodiversitas, tal condição não representa impedimento legal, desde que haja justificativa técnica, viabilidade ambiental e observância à legislação – requisitos devidamente atendidos neste caso. Por fim, conforme análise do Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDE), a área apresenta vulnerabilidade natural entre baixa e alta, o que não compromete a viabilidade da intervenção proposta.

7 - Considerando tratar-se de requerimento de supressão inferior a 50 hectares será condicionado no parecer à apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

9 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual 20.922/2013, Decreto Estadual 47.749/19 e a DN 236/19. Essas normas estabelecem que a intervenção em APP somente possa ser autorizada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, de interesse social ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto.

10 - Entende-se por atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões; **b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos**; c) a implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) a construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) a construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais; f) a construção e manutenção de cercas, aceiros e bacias de acumulação de águas pluviais; g) a pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) a coleta de produtos não madeireiros, como sementes, castanhas, serapilheira e frutos, desde que de espécies não ameaçadas e imunes ao corte, para fins de subsistência, produção de mudas e recuperação de áreas degradadas, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos, bem como os tratados internacionais de proteção da biodiversidade de que o Brasil é signatário; i) o plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) a exploração agroflorestal e o manejo sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) a abertura de picada para fins de reconhecimento e levantamentos técnicos e científicos; l) a realização de atividade de desassoreamento e manutenção em barramentos, desde que comprovada a regularização do uso dos

recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; m) outra ação ou atividade similar reconhecida como eventual e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente ou do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

11 - Entende-se por **interesse social**: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas rurais consolidadas e em ocupações antrópicas consolidadas em área urbana, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas de ocupação antrópica consolidada, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; **e) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos sejam partes integrantes e essenciais da atividade**; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d'água; h) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual, tudo isso nos exatos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Estadual nº 20.922/2013.

12 - Como medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório, o Requerente deverá cumprir as medidas estabelecidas no Parecer Técnico.

13 - Insta ressaltar, que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e compensatórias, ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais.

14 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

### III) Conclusão:

15 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,33ha e intervenção em APP com supressão de vegetação nativa em 0,33ha**, desde que atendidas às medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com o prazo da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.**

**Ressalta-se que, as autorizações para intervenções em área de preservação permanente passíveis de regularização do uso de recursos hídricos, somente produzirão efeito após sua obtenção.**

### Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de intervenção em APP com e sem supressão de vegetação nativa com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.  
Data: 15 de julho de 2025.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de **Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) com supressão vegetal em uma área de 0,33 ha e Intervenção em APP sem supressão em uma área de 0,033 ha**, com a finalidade de viabilizar a captação de água para fins de irrigação, mediante a instalação de componentes essenciais na propriedade registrada sob as matrículas nº 198.200 e 128.201.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pela intervenção em área de preservação permanente com e sem supressão de vegetação nativa de uma área de 0,66 ha foi apresentado um Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA. A compensação pela intervenção será na proporção de 1:1 e se dará na forma de regeneração natural e enriquecimento, serão plantadas 778 mudas de espécies nativas, em uma área de 0,70ha, em área contígua a Área de Preservação Permanente antropizada da propriedade. A compensação foi apresentada em um PRADA e terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

Coordenadas do PRADA: 22K 768267.98 X e 7859657.69 Y

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

- Taxa de Reposição Florestal Lenha: R\$ 18,25 - 17/07/2025  
Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:  
( X ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal  
(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA – apresentado anexo ao processo, na modalidade plantio, como medida compensatória pelas intervenções em áreas de preservação permanente com e sem supressão de vegetação nativa em uma área de 0,66ha, a área do PRADA será de 0,70ha, na proporção de 1:1, em área contígua de APP antropizada da propriedade. O primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após início do PRADA e os demais anualmente por um período de 5 anos.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLOR, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo “Medidas Compensatórias” a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos.	6 meses após início do PTRF
2	Apresentar relatório técnico fotográfico da evolução do PTRF apresentado nos estudos.	Anualmente por 5 anos
3	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.	60 dias após a execução da intervenção
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

n

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Patrícia Fernandes Tavares Pacheco



**MASP: 1.578.225-3****Nome: Juliene Cristina Silverio Maia****MASP: 1.503.538-9****RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO****Nome: Rosimeire Cristina Santos Ferreira****MASP: 1615396-7**

Documento assinado eletronicamente por **Patricia Fernandes Tavares Pacheco, Gerente**, em 17/07/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosimeire Cristina Santos Ferreira, Gerente**, em 17/07/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julene Cristtina Silvério Maia, Gerente**, em 17/07/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **114823190** e o código CRC **1FE601F7**.